

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

Jovens do assentamento Ribeirão Bonito: entre a recusa da
profissão de agricultor e a afirmação do modo de vida rural?

Ticiane Petean Pina

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant'Ana

Dissertação apresentada à Faculdade de
Engenharia - UNESP – Campus de Ilha Solteira,
para obtenção do título de Mestre em
Agronomia.

Especialidade: Sistemas de Produção

Ilha Solteira – SP
Dezembro/2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação da UNESP - Ilha Solteira.

P645j Pina, Ticiana Petean.
Jovens do assentamento Ribeirão Bonito: entre a recusa da profissão de agricultor e a afirmação do modo de vida rural? / Ticiana Petean Pina. -- Ilha Solteira : [s.n.], 2010.
60 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Especialidade: Sistemas de Produção, 2010

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana
Inclui bibliografia

1. Juventude rural. 2. Escolaridade. 3. Orientação profissional. 4. Estilo de vida. 5. Tipos de assentamento agrário – Teodoro Sampaio (SP).

DEDICAO

A aquele que é a razão deste momento, que sem seu incentivo e apoio hoje eu não estaria vencendo mais uma batalha: meu querido pai Lázaro Pina.

Ao meu querido companheiro Aurasil Jr, pelo apoio incondicional e pela paz que me faz sentir ao seu lado.

OFEREÇO

Ao minhas doces irmãs Aline, Fabiana e Gabriela que fazem da minha existência terrena uma primavera constante.

AGRADECIMENTOS

Não poderia e não deveria começar meus agradecimentos sem falar do meu querido orientador Lázaro, que a semelhança do mesmo nome que meu pai não é coincidência, pois foi para mim como tal, aceitou me orientar mesmo sabendo que seria a primeira vez que trabalharia na área, sempre me atendeu com paciência e disposição mesmo estando à distancia. Foi também um incentivador quando me mudei para longe da Universidade, mesmo sabendo das dificuldades de uma orientação à distância. Muito obrigada professor, minha gratidão é eterna.

Aos professores da pós graduação da Unesp de Ilha Solteira, pelos ensinamentos e dedicação, vocês são o modelo de profissionais que um dia quero ser, e principalmente à professora Maria Aparecida Tarsitano que foi uma pessoa muito importante pois foi ela que me encaminhou ao professor Lázaro.

Ao ITESP de Teodoro Sampaio – SP, pelo auxílio no desenvolvimento desta dissertação.

Aos jovens do Assentamento Ribeirão Bonito, que encontrem um futuro promissor dentro da agricultura e que o modo de vida rural seja para vocês um orgulho sempre.

Aos amigos da Universidade do Estado de Mato Grosso e principalmente ao professor Gilmar Laforga que me acolheu em seu grupo de pesquisa e muito tem me ensinado, tenho certeza que seguindo seus passos me tornarei uma professora de muitas qualidades assim como ele.

A minha irmã Aline que me acolheu em sua casa e sempre me incentivou a concluir essa pós-graduação.

A minha irmã Fabiana, por sua alegria contagiante.

A minha irmã Gabriela por seus doces abraços.

A minha segunda mãe Angélica por ter me dado essas irmãs maravilhosas.

As minhas Tias Rose e Marilene pelos melhores conselhos e por suas preces iluminadoras de meu espírito.

Aos meus Tios Tércio e Fátima pelo carinho sempre.

Aos meus sogros Aurasil e Ivone pelo auxílio e carinho.

As amigas Danila Comelis Bertolin, Adriana de Souza Colombo e Letícia Lisboa Oliveira que foram parte de minha vida na graduação e que sem elas eu não teria nem mesmo feito a inscrição do mestrado! Vocês foram as maiores incentivadoras naquele momento e devo a vocês essa alegria.

As queridas amigas Eliêda Fernandes, Cristiane Custódio e Graciela Bassan pelos momentos alegres e pelo companheirismo.

Ao meu companheiro Aurasil Jr. Ao qual não tenho medo de dizer que sua força e compreensão fazem de mim uma pessoa muito feliz.

E finalmente a Deus por ter colocado um homem de espírito brilhante e índole fascinante para ser o meu pai. Esse pai que com muito amor e carinho fez de mim o que sou hoje. Querido papai Lázaro, sempre lhe serei grata por todos os esforços, por suas noites mal dormidas, por seus exaustivos dias de trabalho para fazer de mim e minhas irmãs pessoas de bem.

TEORIA PARA A FELICIDADE

A idiotice é vital para a felicidade.

Gente chata essa que quer ser séria, profunda e visceral sempre. Putz! A vida já é um caos, por que fazemos dela, ainda por cima, um tratado? Deixe a seriedade para as horas em que ela é inevitável: mortes, separações, dores e afins.

No dia-a-dia, pelo amor de Deus, seja idiota! Ria dos próprios defeitos. E de quem acha defeitos em você. Ignore o que o boçal do seu chefe disse. Pense assim: quem tem que carregar aquela cara feia, todos os dias, inseparavelmente, é ele.
Pobre dele.

Milhares de casamentos acabaram-se não pela falta de amor, dinheiro, sexo, sincronia, mas pela ausência de idiotice.
Trate seu amor como seu melhor amigo, e pronto.

Quem disse que é bom dividirmos a vida com alguém que tem conselho pra tudo, soluções sensatas, mas não consegue rir quando tropeça?

Alguém que sabe resolver uma crise familiar, mas não tem a menor idéia de como preencher as horas livres de um fim de semana? Quanto tempo faz que você não vai ao cinema?

É bem comum gente que fica perdida quando se acabam os problemas. E daí, o que elas farão se já não têm por que se desesperar?

Desaprenderam a brincar. Eu não quero alguém assim comigo. Você quer?
Tudo que é mais difícil é mais gostoso, mas... a realidade já é dura; piora se for densa.

Dura, densa, e bem ruim.

Brincar é legal. Entendeu?

Esqueça o que te falaram sobre ser adulto, tudo aquilo de não brincar com comida, não falar besteira, não ser imaturo, não chorar, não andar descalço, não tomar chuva.

Adultos podem (e devem) contar piadas, passear no parque, rir alto e lamber a tampa do iogurte.

Ser adulto não é perder os prazeres da vida - e esse é o único "não" realmente aceitável. Teste a teoria. Uma semaninha, para começar.

Veja e sinta as coisas como se elas fossem o que realmente são: passageiras. Acorde de manhã e decida entre duas coisas: ficar de mau humor e transmitir isso adiante ou sorrir...

Bom mesmo é ter problema na cabeça, sorriso na boca e paz no coração!

Aliás, entregue os problemas nas mãos de Deus e que tal um cafezinho gostoso agora?

A vida é uma peça de teatro que não permite ensaios. Por isso cante, chore, dance e viva intensamente antes que a cortina se feche!

Arnaldo Jabor

RESUMO

Esta dissertação busca caracterizar os jovens rurais e as suas perspectivas de vida em um assentamento do Pontal do Paranapanema (SP). Trata-se do assentamento Ribeirão Bonito, localizado em Teodoro Sampaio, com mais de dez anos de implantação. Para coletar as informações relevantes para a pesquisa foi elaborado um questionário e aplicado a 30 jovens do Assentamento Ribeirão Bonito. O questionário constou de questões que visavam caracterizar os jovens, a família e o lote, o lazer realizado pelos jovens, a relação com a família, o trabalho e a escola, os planos dos jovens para o futuro e o que pensavam sobre saída dos jovens do meio rural, dentre outras questões. A análise dos resultados da pesquisa permite verificar que os jovens do Assentamento Ribeirão Bonito valorizam a educação e o avanço para maiores níveis de escolaridade é incentivado pelos pais que acreditam que seus filhos teriam uma vida melhor se conseguirem um “diploma”. Apesar de declararem ter bom relacionamento familiar, os jovens pesquisados não consideram interessante continuar trabalhando no lote com seus pais. Parte destes jovens pretende buscar no meio urbano uma maior escolaridade e trabalhar em uma profissão não-agrícola; no entanto, a maioria gostaria de conciliar o exercício desta outra profissão (que pode ser uma formação técnica em agropecuária, mas para trabalhar como assalariado fora do lote), com a manutenção da residência no meio rural, junto aos pais, indicando que a forte rejeição do trabalho como agricultor, não ocorre na mesma proporção em relação ao modo de vida rural como um todo, pois acreditam que exercer outra profissão (assalariada e supostamente mais qualificada) seria uma forma de garantir uma melhor renda e condição de vida do que aquela vivenciada na atualidade com seus pais.

Palavras-Chave: Jovens rurais. Escolaridade. Profissão e modo de vida. Assentamento rural. Teodoro Sampaio (SP)

ABSTRACT

This paper seeks to characterize the rural young and their prospects of living in a settlement of the Pontal of Paranapanema (SP). It is the settlement Ribeirão Bonito, located in Teodoro Sampaio, with over ten years of establishment. To collect pertinent information to the research, a questionnaire was elaborated and administered to 30 young people at the settlement before mentioned. The questionnaire consisted of questions that aimed to characterize the young, the family and the allotment, leisure activities, relationships with family, work and school, future plans, and what they thought about young people leaving the rural areas, among other questions. The results of the research show that young people from settlement Ribeirão Bonito value education and advancement to higher levels of education is motivated by parents who believe their children would have better lives if they get a "diploma". Leisure activities in the settlement showed to be very little, however, for young people, these moments of recreation are more wanted in rural areas than in urban areas. Though they declare that have good family relationships, young people surveyed do not consider interesting to continue working on the allotment with their parents. Part of these young people want to seek a higher education in a urban place and working in nonfarm occupation, however, most young people would like to reconcile the pursuit of another profession (which may be a technical training in agriculture, but to work as an employee outside the allotment), with continued residence in rural areas, close to parents, indicating that the strong rejection of work as a farmer, does not occur in the same proportion in relation to rural lifestyle as a whole, because they believe that exercising another occupation (employed and supposedly more qualified) would be one way to make sure a better income and living conditions than that experienced today with their parents.

Keywords: Rural young. Education. Profession and lifestyle. Rural settlement. Teodoro Sampaio (Brazil)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	A luta e a conquista de terras no Brasil.	14
Figura 2:	A luta pela terra no Brasil	25
Figura 3:	Mapa do assentamento Ribeirão Bonito e as fazendas formadoras deste assentamento	27
Figura 4:	Imagem de satélite demonstrando o local onde está inserido o assentamento Ribeirão Bonito	28
Figura 5:	Estrutura por idade (em anos) e gênero para a população amostrada pertencente ao Assentamento Ribeirão Bonito	29
Figura 6:	Tempo (em anos) que as famílias dos jovens encontram-se assentadas.	33
Figura 7:	Demonstra a caracterização da produção agropecuária dos lotes onde residem os jovens entrevistados.	34
Figura 8:	A visão dos jovens sobre sua aprendizagem escolar individual.	36
Figura 9:	A visão dos jovens sobre a qualidade de ensino da escola que freqüentam.	37
Figura 10:	A valorização do ensino escolar frente à sua contribuição para o seu dia-a-dia.	38
Figura 11:	O interesse dos jovens assentados pela conclusão dos estudos.	39
Figura 12:	Principais meios de informações encontrados pelos jovens no assentamento.	41
Figura 13:	As diferentes alternativas de lazer que os jovens assentados encontram nos momentos de descontração.	42
Figura 14:	A participação dos jovens nas tomadas de decisões da família.	45
Figura 15:	Alternativas as quais os jovens consideram uma realidade para seu futuro.	48

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	11
2	OS ASSENTAMENTOS RURAIS COMO UM NOVO IMPULSO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	13
3	OS JOVENS RURAIS E AS REALIDADES NOS ASSENTAMENTOS: ESTARIAM ELES PREPARADOS PARA SUCEDER SEUS PAIS?	20
4	O PONTAL DO PARANAPANEMA E O ASSENTAMENTO RIBEIRÃO BONITO EM TEODORO SAMPAIO	24
4.1	Breve histórico da ocupação das terras na região	24
4.2	O Assentamento Ribeirão Bonito	26
4.3	Quem são as famílias assentadas no Ribeirão Bonito	28
5	METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	31
5.1	Escolha do local de pesquisa	31
5.2	Técnicas de pesquisa	31
5.3	Forma de análise de resultados	32
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
6.1	Caracterização geral dos entrevistados e das atividades presentes no lote	33
6.2	A escola e sua importância para os jovens.	35
6.3	A busca do lazer no meio rural	41
6.4	O trabalho e o relacionamento familiar	43
6.5	Perspectivas de Futuro para os jovens assentados	46
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO	54

1 APRESENTAÇÃO

Esta dissertação apresenta resultados de uma pesquisa realizada no Assentamento Ribeirão Bonito, no município de Teodoro Sampaio – SP. O foco da pesquisa são os jovens assentados, uma categoria cuja importância é subestimada, pois a questão da reforma agrária remete a um impasse: seriam esses lotes, conseguidos com tantos esforços, destinados a apenas uma geração familiar? Seria do interesse destes jovens continuar as atividades de seus pais?

Para muitos autores como Castro (2005), Abramovay (2003) e Carneiro (1998) a sucessão hereditária na agricultura familiar é parte importante da formação da família, na força de trabalho e na reprodução das atividades agrícolas.

Com a diluição das fronteiras entre o urbano e o rural, as cidades e suas facilidades passam a ser atrativos para jovens que dedicam a maior parte do dia nos afazeres agrícolas, além disso a não identificação com a profissão e o modo de vida dos pais, principalmente no caso das filhas, faz com que a dúvida “ficar ou sair” seja hoje uma problemática impar na agricultura familiar. Assim o que seria do caráter “familiar” da agricultura, se os filhos dos agricultores passassem a procurar profissões tipicamente não-agrícolas e deixassem um vazio em sua força de trabalho no campo?

Em muitos estudos de casos, há relatos em que os pais manifestam o desejo de permanência do jovem no lote, mesmo que em alguns momentos eles prefiram que seus filhos procurem “bons empregos” na cidade ou se formem em profissões desvinculadas do trabalho agropecuário e do campo.

Diante destas questões, este trabalho buscou caracterizar jovens do Assentamento Ribeirão Bonito, conhecer suas relações familiares e a influência destas relações em suas decisões, nas suas perspectivas de futuro e o que pensam sobre a difícil decisão entre o “ficar e sair”. Essa dissertação contém, além desta apresentação, uma revisão sobre os assentamentos e a sua importância dentro da agricultura familiar (capítulo 2), e sobre as questões que envolvem os jovens rurais e a realidade dos mesmos no período recente (capítulo 3). No capítulo 4 são descritas, sucintamente, a região do Pontal do Paranapanema e as características do Assentamento Ribeirão Bonito. Em seguida são apresentadas as fontes da pesquisa e a metodologia utilizada (capítulo 5). Os resultados, apresentados e discutidos no

capítulo 6, busca caracterizar os jovens do Assentamento Ribeirão Bonito, a relação dos mesmos com a escola, com a família e com o trabalho no Assentamento, a relação dos mesmos com o lazer e suas perspectivas de futuro profissional e de vida. O último capítulo é dedicado às considerações finais.

2 OS ASSENTAMENTOS RURAIS COMO UM NOVO IMPULSO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Desde o início de sua colonização, o Brasil tem sua história marcada por políticas que favorecem o aumento da desigualdade social. São séculos de favorecimento a latifúndios e grandes propriedades rurais em detrimento do pequeno produtor.

A questão fundiária atinge os interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra. Montar uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável é dos maiores desafios do Brasil.

O termo “assentamento” apareceu pela primeira vez, no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países e é definido por Bergamasco e Norder (1996) por:

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

Em 1964, o governo da ditadura militar elaborou o Estatuto da Terra. Esse foi o primeiro documento que tratou da reforma agrária na história do país. Entretanto não era a vontade do governo aplicar essa lei, como salienta Fernandes (2008). Para esse autor o governo apenas queria controlar os conflitos por terra:

A política agrícola que tinha como referência o modelo denominado Revolução Verde não contemplava a agricultura camponesa, atendia somente a expansão da agricultura capitalista. Uma medida para tentar minimizar os conflitos foi a implantação de projetos de colonização, por meio da migração dirigida de camponeses para a Amazônia. Todavia essa política não diminuiu os conflitos por terra nas regiões sul, sudeste e nordeste do país. Os governos da ditadura militar repreendiam violentamente as ações dos trabalhadores que reivindicavam seus direitos, como o acesso à terra e melhores condições de trabalho (FERNANDES, 2008).

A ocupação de terras devolutas e improdutivas no país por famílias camponesas tornou-se a principal vertente de luta pela reforma agrária. Foi por volta de 1979 que ocorreram as primeiras ocupações organizadas, da qual surgiram as lideranças que fundaram o MST em 1984. Assim, quando uma família camponesa realizava uma ocupação e conquistava sua terra,

estas organizavam nova ocupação formando grandes movimentos camponeses e ao mesmo tempo a conquista de territórios ¹ (FERNANDES, 2003).

Na figura 1 pode-se observar o número de famílias assentadas no Brasil dos anos de 1970 a 2006, separadas por períodos de governos existentes nesta faixa de tempo. Durante a era pré-Sarney (1979-1987) foram assentadas cerca de 100.00 famílias, uma primeira tentativa dos governos militares colocarem em prática a “Carta da Terra” em 8 anos, mas essa quantidade foi irrelevante se comparada ao ano de 2005 do Governo Lula onde em apenas 1 ano foram assentadas cerca de 120.000 famílias.

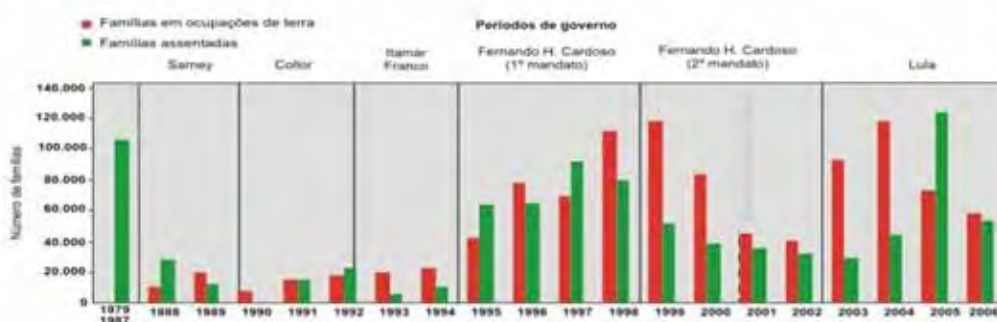


Figura1: A luta e a conquista de terras no Brasil. Fonte: Dataluta, adaptada pela autora.

Apesar de não se tratar ainda de um processo maciço, estes assentamentos possuem um valor estratégico, na medida em que fornecem elementos para avaliar a pertinência da proposta da reforma agrária e da reestruturação das políticas fundiárias nacionais.

Para Bergamasco e Norder (1996), esses assentamentos podem ser diferenciados segundo suas múltiplas origens:

Segundo suas origens podemos classificá-los em cinco grupos diferentes: a) projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão de fronteiras agrícolas; b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) Planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; d) programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social com base no Estatuto da Terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob o égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no governo Sarney; e) A criação de reservas extrativistas para os seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 9).

¹ Fernandes (2008) acredita que o conceito de território é importante pois trata as propriedades privadas como territórios de espaço de governança, permitindo entender os assentamentos rurais enquanto territórios, onde se dão internamente relações de poder.

Nos anos 1990, uma pretensa nova modalidade de agricultura apareceu, o “agronegócio”, uma tentativa de modificar a idéia de latifúndios improdutivos para “fazendas empresas” altamente produtivas, modernizadas e fornecedoras de matérias-primas às agroindústrias. Em acordo com essa idéia Fernandes (2008), acredita que a mudança de latifúndios improdutivos para latifúndios altamente produtivos continuam a promover a exclusão dos pequenos agricultores:

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES, 2008, p. 1).

Essa exclusão também ocorre, pois parte da agricultura familiar não se adapta ao produtivismo, não se utiliza de uma única cultura e não fornece matéria prima para grandes agroindústrias. Ela tem como vantagem a diversidade de produção de alimentos, com maior qualidade e ainda utilizando em maior parte recursos naturais de produção. É ainda um ótimo recurso social, pois a qualidade de vida encontrada em uma destas famílias é superior aos assalariados rurais ou urbanos (FERNANDES, 2008). Dois setores – o do ramo de indústria de bens de produção (máquinas, defensivos e fertilizantes) e das agroindústrias – determinaram parâmetros à agricultura, determinando o grau de modernização e de produção, impondo restrições ou impedindo que a agricultura familiar, principalmente nas fronteiras agrícolas, destaque-se na produção de alimentos. Segundo Graziano da Silva, isso ocorre devido:

A introdução de novos processos técnicos, como a modernização, a adubação química, a irrigação, etc., as transformações nas relações sociais de trabalho, as divisões mais eficientes das tarefas agrícolas, enfim as modificações destinadas a incrementar a produtividade da agricultura, se traduzem não apenas no aumento do trabalho excedente da própria agricultura: elas contribuem também, para rebaixar o valor da força de trabalho da sociedade como um todo. Em outras palavras, contribuem para elevar a taxa geral de *mais valia* e, assim para a acumulação de capital. (GRAZIANO SILVA, 2003, p. 23).

Com a rápida e violenta transformação no campo promovida pela modernização agrícola concentradora de terras, o Brasil, em quatro décadas, inverteu a concentração da

população das áreas rurais para as áreas urbanas e estendeu a desigualdade e a pobreza existente no campo para a cidade, agravando os problemas de ordem social, econômica e ambiental, os quais podem ser traduzidos na falta de infra-estrutura, saúde, emprego, saneamento básico e aumento da violência e mendicância no espaço urbano. O autor Guedes Filho (1999) explica esta situação:

Na década de 60, o Brasil experimentou forte movimento migratório do campo para as grandes cidades, sendo vítimas desse movimento os pequenos agricultores. Foi um tempo marcado pela recessão na economia com ênfase na economia agrícola. Por falta de perspectiva quanto ao futuro, esses trabalhadores vendiam suas terras, seus produtos não tinham mercado, e menos ainda, preços justos. A saída que lhes restava era abandonar o campo onde viviam e trabalhavam, e partir com toda a família para as cidades, em busca de trabalho. Não havia condições humanas para refletir os efeitos das decisões tomadas. O aumento da pobreza, agravado pela falta de políticas públicas, empurrava as famílias para aventuras, e todas as consequências que estavam por vir (GUEDES FILHO, 1999, p. 3).

Entretanto, Abramovay (1998) considera que ao longo desse processo que em grande parte contribuiu para a exclusão do modo de produção familiar, há um paradoxo: a agricultura familiar não só continua existindo, como passou a ser importante pilar do capitalismo, pois a produção de alimentos baseada na mão-de-obra familiar conseguiu garantir a oferta de alimentos a preços menores para que a população assalariada tivesse mais poder de compra sobre bens duráveis.

Em um país de extrema concentração de terra e de renda, a reforma agrária² é uma importante medida de política pública, pois protege e amplia o contingente de agricultores familiares e com isso cria condições para que as famílias se mantenham no campo, incrementa a produção dos alimentos que vão à mesa do povo brasileiro e potencializa o desenvolvimento local, com geração de renda e empregos (GUANZIROLI, 2001).

Na década de 1990, uma pesquisa realizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cujo objetivo principal foi estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, classificou os estabelecimentos agropecuários brasileiros em dois modelos: “patronal” e “familiar”. O modelo “patronal” teria como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização. Entretanto, o modelo “familiar” teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a

² Cabe acentuar que a reforma agrária não se reduz à redistribuição de terra, mas envolve políticas complementares e essenciais, como crédito rural para a produção e infra-estrutura básica, assistência técnica e extensão rural, apoio à comercialização, dentre outras.

ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter apenas complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. (Quadro 01) (FAO/INCRA, 1994).

Quadro 01: Características básicas das agriculturas “patronal” e “familiar”

Agricultura patronal	Agricultura familiar
• Completa separação entre gestão e trabalho • Organização centralizada • Ênfase na especialização • Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis • Trabalho assalariado predominante • Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” • Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão de obra • Pesada dependência de insumos comprados	• Trabalho e gestão intimamente relacionados • Direção no processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários • Ênfase na diversificação • Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida • Trabalho assalariado complementar • Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo • Tomada de decisões “in loco”, Condicionadas pelas especialidades do processo produtivo • Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: Pesquisa FAO/INCRA(1994), adaptado de Castro, 2003

O relatório da FAO (1994) também apresentou uma avaliação do desempenho econômico dos sistemas patronais e familiares e concluiu que em mais da metade das atividades, a agricultura familiar consegue rendimentos físicos superiores ou idênticos aos da patronal e, além disso, os assentamentos rurais são capazes de atingir rendas superiores a um salário mínimo mensal (estabelecido como renda limite da linha de pobreza).

O que caracteriza a agricultura familiar é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, além do aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família aos quais os jovens se incorporam desde crianças, este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa a manutenção e a própria organização da vida familiar. Neste contexto a sucessão desta família no campo ganha importância, aqueles jovens que se desenvolveram neste ambiente tem então a difícil decisão de suceder seus pais nas atividades agrícolas, ou seduzidos pelas facilidades urbanas, buscar profissões características que não tenham relação

com sua vida até então. Há principalmente uma maior preocupação com a geração de jovens rurais assentados, filhos de produtores rurais que muito lutaram para garantir um pequeno pedaço de terra, no sentido de que talvez os filhos não carreguem ou almejem esta mesma trajetória que seus pais.

3 OS JOVENS RURAIS E AS REALIDADES NOS ASSENTAMENTOS: ESTARIAM ELES PREPARADOS PARA SUCEDER SEUS PAIS?

Invisível para a maioria das pesquisas acadêmicas e projetos de desenvolvimento voltados para o mundo rural, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente, vem, aos poucos, chamando a atenção de analistas das questões rurais. As lideranças governamentais ligadas ao incentivo da agricultura necessitam visualizar esses jovens como uma categoria apta ao desenvolvimento rural sustentável, uma categoria com potencial para contribuir na construção de uma nova visão de uma agricultura familiar forte, voltada também à economia solidária e à segurança alimentar. Alguns autores, como Durston (1998), afirmam que os jovens também teriam uma maior pré-disposição a aceitar as inovações e as mudanças do que os seus pais.

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração (BRUMMER, 2003)

No contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural destaca-se como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura:

O debate sobre “juventude rural” é marcado pela imagem de uma juventude do campo que é atraída pela cidade, fascinada pela vida moderna. Esta imagem não é nova, atravessa as décadas de estudo sobre o tema, e não se restringe ao Brasil, está na ordem do dia nos chamados países em desenvolvimento. Este olhar consolida uma percepção de “jovens rurais” em oposição à “jovens urbanos” e a de que os “jovens rurais” têm como principal sonho tornarem-se “jovens urbanos. O “problema” do “êxodo” ganha força percebido a partir do processo de “reforma agrária” no Brasil, onde os “jovens”, filhos de assentados rurais estariam abandonando os campos. No entanto, apesar da grande importância das políticas voltadas para o meio rural, a “juventude rural” é alvo de pequenas iniciativas no que concerne às políticas públicas voltadas para juventude, que tendem a ter como público-alvo “jovens urbanos” (CARNEIRO, 1998, p. 125).

Esses jovens se encontram distantes de políticas agrárias que incentivem a permanência no campo, em contrapartida recebem incentivos públicos para se inserirem em outras profissões, como por exemplo, cursos de capacitação em atividades industriais urbanas. Uma política de ensino escolar voltada às atividades rurais, com práticas sustentáveis, é sem dúvida essencial para que estes jovens vislumbrem uma valorização do meio rural em que vivem.

Em muitos estudos de casos, há relatos da preocupação dos pais com a permanência do jovem no lote, mesmo que em alguns momentos eles prefiram que seus filhos procurem “bons empregos” na cidade ou se formem em profissões externas ao campo.

Spanevello (2005) acredita que ocorra um processo de desajustamento da identidade social dos filhos em relação à dos pais, que atinge inclusive os herdeiros ou os sucessores. Trabalha-se com a hipótese que essa diferenciação de identidade entre os pais e os filhos não assegura a garantia da reprodução das unidades produtivas familiares, configurando-se na crise da reprodução geracional da agricultura familiar. Neste contexto pode-se observar que o processo hierárquico familiar estabelecido dentro do lote influencia, de maneira muitas vezes negativa, essa reprodução geracional. É o que Castro (2008) analisa:

Entrecruzadas pelo dilema “ficar e sair” do meio rural, mas principalmente pelo “peso” da autoridade paterna, as percepções sobre juventude/jovens, que observamos em diferentes análises, estão marcadas pela construção de que esse jovem deve ser controlado. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens por meio das relações familiares e demais redes sociais, principalmente entre as mulheres, que se estendem para o espaço que freqüentam (CASTRO, 2008, p. 120).

Brumer (2007) vai mais além, em seu artigo ela destaca alguns conflitos entre pais e filhos que ocorrem na convivência como agricultores familiares:

Em entrevistas realizadas com jovens filhos de agricultores familiares no sul do Brasil, suas reivindicações abordam dois aspectos: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais. O primeiro é dificilmente equacionável dentro da economia familiar, cujos recursos geralmente são indivisíveis e ficam sob o controle do pai. Uma alternativa para os jovens é o assalariamento, principalmente no meio urbano, que marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola. A solução do segundo requer a mudança nas relações familiares, através da participação maior de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens (BRUMER, 2007, p. 8).

Há sem dúvida outra problemática enfrentada pelos jovens neste contexto de relações familiares, é a questão de gênero. A posição hierárquica da família sofre interferências diferenciadas quando se refere aos jovens do sexo masculino e as jovens do sexo feminino. A posição da jovem é muito mais afetada, pois a ela são designados trabalhos domésticos, longe das decisões agrícolas importantes dentro da família, esta situação é bem exemplificada por Castro (2008):

Ser “jovem rural” carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, mas ser “jovem rural” e mulher representa uma situação de “inferioridade” na hierarquia familiar e social, ainda maior. As “jovens” vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e ainda dos espaços de decisão (CASTRO, 2008, p. 125).

A partilha do poder paterno com o possível ou provável sucessor homem já é complicada. Mas o tema nem se coloca quando se trata da mulher. Mesmo que haja preocupação em não prejudicá-la sob o ângulo patrimonial, o fato é que na organização da propriedade, o papel das moças é inteiramente subalterno (ABRAMOVAY et al., 2003)

Para Abramovay et al. (2003), a formação de novos produtores rurais (neste caso os jovens rurais), envolve alguns processos:

a) A sucessão profissional, isto é, a passagem da gerência do negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio para a próxima geração; b) A transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; c) A aposentadoria, quando cessa o trabalho e sobretudo o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõe a unidade produtiva (ABRAMOVAY et al., 2003, p. 4).

Dois fatores de grande importância para que os jovens se sintam bem na unidade rural são a educação e o lazer, estes devem ser analisados juntos, pois os jovens tanto rurais quanto urbanos, passam ou deveriam passar a maior parte da juventude dentro das escolas e ao redor destas. Para eles, a qualidade de vida está intimamente ligada à qualidade destes fatores, e o meio em que vivem fica então mais atrativo ou não. Especificamente em relação aos jovens rurais, há uma carência muito grande no quesito lazer no meio rural, para eles esses momentos são passados muitas vezes no meio urbano, nos municípios sedes dos assentamentos ou bairros rurais. Essa busca muitas vezes é usada como justificativa desses jovens para se ausentarem dos lotes e procurar empregos na cidade. Além disso, a presença na escola, o acúmulo de novos “saberes” provoca o íntimo deste jovem a procurar algo mais, como observado por Spanevello (2005):

A migração rural – urbana, ascendida pelos jovens, com vistas à instalação profissional no mercado de trabalho urbano, começa ainda no meio rural com a presença desses jovens na escola. O acúmulo do capital escolar pode ser a alavanca para a migração, especialmente nos processos de migração enfocados sobre a condição de gênero, onde as jovens ao freqüentarem por mais tempo a escola acumulam maior capital escolar, que também é almejado pelos jovens que ascendem ao processo migratório. O que essa migração tanto masculina como feminina tem em comum é a perspectiva de uma nova identidade por parte dos migrados (SPANEVELLO, 2005, p. 9).

Ao analisar as atividades de trabalho no meio rural, percebe-se que o jovem residente no campo começa a trabalhar por volta dos 10 ou 12 anos, normalmente inicia ajudando a família nas atividades mais simples. Como no campo o jovem precisa trabalhar para sobreviver, ao alcançar a idade de aproximadamente 16 ou 17 anos assume, às vezes, o papel de adulto, adquirindo cedo demais responsabilidades familiares, o que de certa forma, inibe a vivência de atividades próprias da adolescência, principalmente nos aspectos do lazer e da recreação (OLIVEIRA, 2006).

Em relação aos moradores do campo, o lazer precisa ser observado com um olhar mais atento, pois ao contrário dos centros urbanos, no meio rural são poucas (e/ou outras) as opções de lazer disponibilizadas, assim como são poucos os estudos que tratam diretamente o lazer para as pessoas residentes no campo. Podemos afirmar que o que vem acontecendo é que o interesse dos jovens vem se transformando diante da diluição das fronteiras entre campo e cidade, onde os modos de lazer da cidade se tornam mais atrativas para os jovens rurais do que os do campo (OLIVEIRA, 2006).

4 O PONTAL DO PARANAPANEMA E O ASSENTAMENTO RIBEIRÃO BONITO EM TEODORO SAMPAIO

4.1 Breve histórico da ocupação das terras na região

O Pontal do Paranapanema carrega uma história de mais de 100 anos de terras devolutas, apropriada por grileiros e transferida para as mãos de uma elite, que sempre esteve presente protegida por apoios políticos, onde a ocupação dessas terras improdutivas era tratada como um caso de polícia e não de política agrária.

Segundo Costa e Futemma (2006), o processo de ocupação de terras no Pontal do Paranapanema se iniciou no fim do século XIX e início do século XX, caracterizado pela fraude de títulos de terras, pelo uso da violência na disputa destas e na eliminação de comunidades indígenas do local e de pequenos posseiros. Esse processo foi acompanhado pelo desmatamento continuado e por ciclos de lavouras anuais declinantes, voltados ao atendimento do mercado internacional, sem a utilização de práticas conservacionistas. Conseqüentemente, ocorreram à degradação e o esgotamento dos solos, o que levou à implantação de pastagens em latifúndios destinados à pecuária extensiva de corte.

No início dos 1980, a região do Pontal do Paranapanema era considerada a mais pobre do Estado de São Paulo, caracterizando-se pela presença de latifúndios baseados na pecuária de baixa produtividade (FRANCISCO, 1989 *apud* COSTA; FUTEMMA, 2006). Na região, encontravam-se desempregados das barragens das usinas hidrelétricas – os *barrageiros* - e pequenos posseiros atingidos pela inundação das águas das barragens das usinas hidrelétricas - os *ribeirinhos* -, contribuindo para aumentar a tensão social local.

Em 1983, esses desempregados e posseiros despejados decidiram se unir e ocuparam duas fazendas, das quais foram expulsos. Sem alternativas, eles levantaram acampamentos próximos às fazendas, nas margens das rodovias, atraindo mais adeptos. Esse momento marcou o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, movimento social que luta pela reforma agrária e justiça social, e que está organizado em todo o Brasil atualmente.

Em 1984, na gestão de Franco Montoro, o governo estadual desapropriou 15 mil hectares, onde foram assentadas 466 famílias, o assentamento Gleba XV de Novembro,

localizado na cidade de Euclides da Cunha Paulista foi uma destas conquistas onde foram desapropriados cerca de 13.000ha, onde foram assentadas em marco de 1984 571 famílias (ITESP, 2010). A partir de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passou a atuar mais ativamente na região, realizando sua primeira ocupação no Município de Teodoro Sampaio e pressionando o governo estadual a desapropriar as áreas ocupadas de forma ilegal por latifundiários. Com as ocupações, os sem-terra chamaram a atenção para a questão das terras devolutas no Pontal (FERNANDES, 2003). Porém, até 1994, apenas mais cinco assentamentos foram viabilizados (ITESP, 2000), resultantes da luta de movimentos sociais isolados e de posseiros (FERNANDES, 2003), e até 1995, 915 famílias de trabalhadores rurais estavam assentadas na região (ITESP, 2000).

O Pontal do Paranapanema, nos anos de 1990, ficou conhecido nacionalmente como foco de conflito envolvendo sem terras e grileiros, o resultado desta batalha foi a implantação de uma centena de assentamentos onde há décadas reinava o latifúndio.

A figura 2 salienta as ocupações de terras no Brasil nos anos de 1988 a 2006. Observa-se que na região do pontal do Paranapanema no estado de São Paulo há um número grande de terras ocupadas neste período, o que reafirma a importância desta região na luta dos agricultores sem-terra.



Figura 2: A luta pela terra no Brasil. **Fonte:** Dataluta, 2010. Adaptada pela autora.

Em 1995, o governo do Estado elaborou o Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema, cujos objetivos incluíam destinar terras devolutas para o

assentamento de trabalhadores rurais sem terra, em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e, ao mesmo tempo, viabilizar um conjunto de ações que propiciasse condições para o desenvolvimento socioeconômico desses assentamentos, integrado à preservação e recuperação ambiental, introduzindo formas mais eficientes e sustentáveis de produção agropecuária (ITESP, 2000).

4.2 O Assentamento Ribeirão Bonito

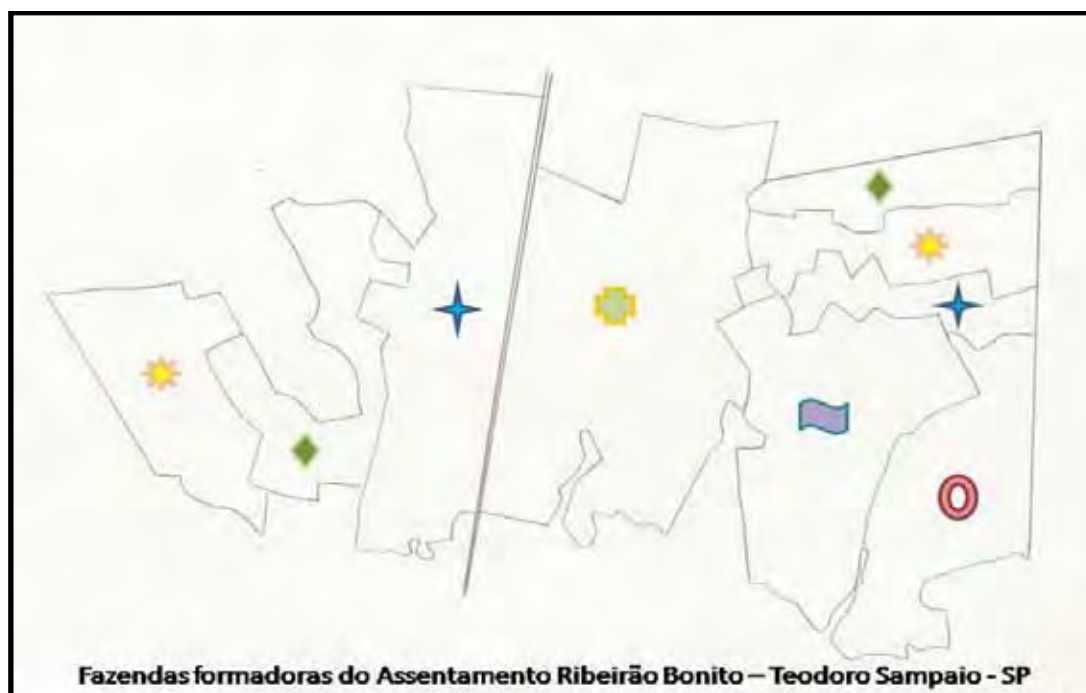
É nesse contexto que, em 1997, produtores rurais foram assentados no Assentamento Ribeirão Bonito

O Assentamento Ribeirão Bonito localiza-se no Município de Teodoro Sampaio, sudoeste do Estado de São Paulo, entre as coordenadas geográficas 22° e 23° de Latitude Sul e 52° e 52° 30' de Longitude Oeste. Possui área de 4.205,2 hectares e situa-se ao lado do Parque Estadual Morro do Diabo (COSTA, 2003).

Segundo informações obtidas junto aos jovens, essa área era uma única fazenda que foi dividida entre os herdeiros, para poderem fugir da desapropriação, mas essa estratégia não funcionou. O processo de reforma agrária então desapropriou seis dessas fazendas, sendo assim unidas em um único assentamento, o Ribeirão Bonito. São elas: Fazenda Cachoeira do Estreito, Fazenda Santa Rita da Serra, Fazenda Vitória, Fazenda Haideia, Fazenda Vale Verde e Fazenda Santo Antonio dos Coqueiros (Figura 3).

A regularização de sua situação fundiária decorreu de movimentos de posseiros, de considerável representatividade na área, auxiliados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo efetivada em 1997 pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (COSTA, 2003, p. 70).

Segundo o diretor do ITESP do município de Teodoro Sampaio, o senhor Elvano Dourado, dos 195 lotes projetados, 185 são lotes agrícolas, com em média 17,3 hectares, destinados às atividades agrícolas, e 10 são lotes pararurais, com cerca de dois hectares, destinados a outras atividades que não apenas agrícolas e para onde é prevista a ocupação por aposentados.



Legenda: Assentamento Ribeirão Bonito	
	Faz. Cachoeira do Estreito - 29 lotes
	Faz. Haideia - 27 lotes
	Faz. Santa Rita da Serra - 31 lotes
	Faz. Vale Verde - 50 lotes
	Faz. Santa Vitória - 27 lotes
	Faz. Sto Antônio dos Coqueiros - 23 lotes

Figura 3: Croqui com indicação das fazendas que originaram o Assentamento Ribeirão Bonito.

Fonte: Itesp (adaptação da autora).

Todos os lotes possuem energia elétrica, e o sistema de saneamento é realizado através de fossas construídas próximas às casas. Quanto à água potável, foram perfurados poços semi artesianos em algumas áreas estratégicas, distribuindo-a posteriormente por meio de mangueiras subterrâneas até às casas.

No Assentamento há uma escola de ensino fundamental e médio, sendo que o ensino fundamental é oferecido no período matutino e vespertino e o ensino médio é oferecido no período noturno.

Podemos observar na Figura 4, uma imagem de satélite da região, com indicação da localização do Assentamento Ribeirão Bonito (área pontilhada). A região verde predominante

na imagem é a Reserva de Mata Atlântica conhecida como Morro do Diabo e a faixa azul escuro é o Rio Paranapanema.

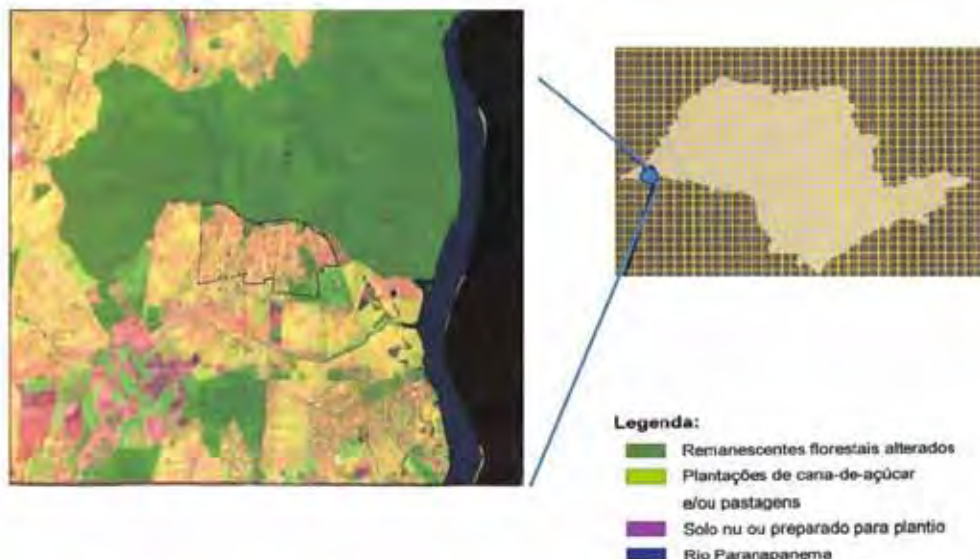


Figura 4: Imagem de satélite demonstrando o local onde está inserido o assentamento Ribeirão Bonito.

Fonte: Costa (2003), adaptado pela autora.

4.3 Quem são as famílias assentadas no Ribeirão Bonito

Segundo o Coordenador Regional do Itesp de Teodoro Sampaio, pouco mais de 30% das famílias assentadas eram posseiros que ocupavam o imóvel e, de maneira geral, todas as famílias assentadas apresentavam origem rural, ou seja, pertenciam a famílias de trabalhadores rurais.

Em um trabalho de Costa (2003) que estudou formação das famílias do Assentamento Ribeirão Bonito há uma caracterização das famílias assentadas. De acordo com a referida autora o tipo de organização familiar das unidades domésticas é bastante diversificado: a maioria é constituída por famílias do tipo nuclear (71,9%), isto é, famílias compostas por casais sem filhos, casais com filhos, viúvos ou descasados com filhos; em seguida, surge a família extensa (15,6%), caracterizada pela presença de casal com filhos, netos e parentes próximos; ocorre também família múltipla, em que há múltiplas gerações vivendo na mesma unidade doméstica, por exemplo, casal com filhos casados e netos (6,3%). Esta autora ainda classifica a população pesquisada em gênero e idade, demonstrado na Figura 5:

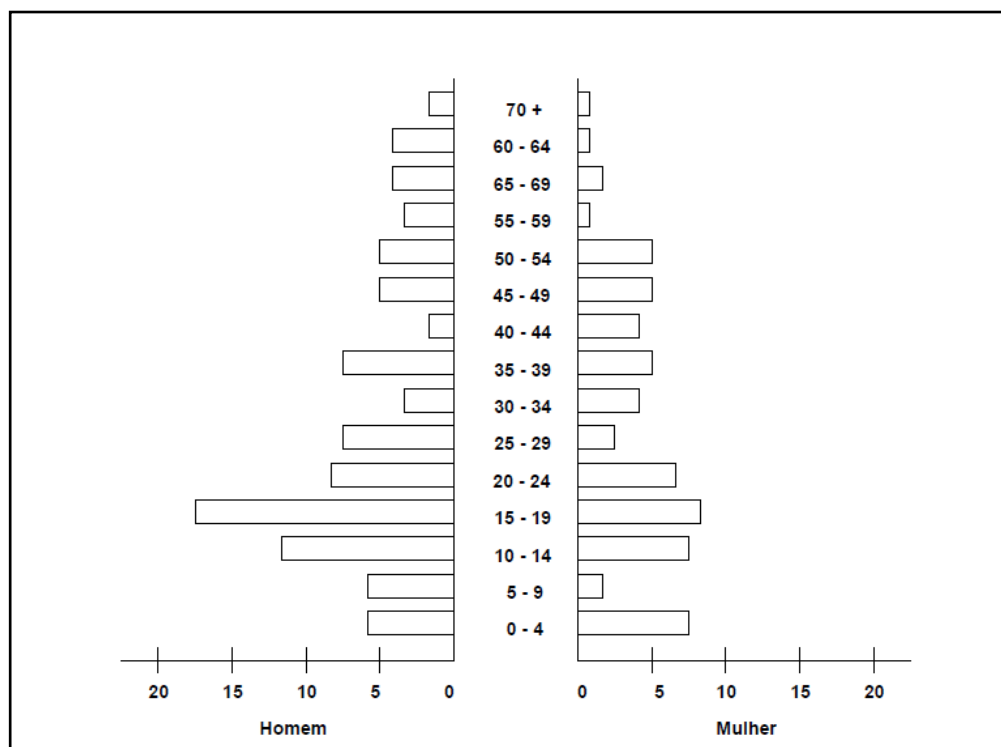


Figura 5: Estrutura por idade (em anos) e gênero para a população amostrada pertencente ao Assentamento Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio – SP), em 2001 (n = 150; dados não informados = 10). **Fonte:** Costa (2003).

Pode-se observar nesta Figura 5, que há uma população masculina maior entre as idades de 15 a 29 anos. Segundo Abramovay (1998), a partir da década de 1990, o meio rural brasileiro passa a ser caracterizado pela maior presença de rapazes, resultando no que o autor chama de “masculinização do meio rural”. Tal processo seria indicativo de que estaria ocorrendo migração, em que partiriam do campo principalmente as mulheres jovens, as quais se empregariam em trabalhos domésticos nas cidades, com baixa remuneração. Mesmo com o nível de escolaridade baixo para ambos os sexos, as moças tenderiam a alcançar maior número de anos de estudo do que os rapazes, o que poderia estimular sua saída do campo. Essa realidade é também observada por Brumer (2007):

Outro aspecto apontado pelas pesquisas sobre os jovens rurais é a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo. Assim como existem diferenças nos processos de socialização e nas oportunidades de inserção na atividade agrícola para rapazes e moças, eles e elas diferenciam-se também nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças mais críticas e com posições mais negativas do que os rapazes. A posição mais crítica das mulheres decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar e pela invisibilidade de seu trabalho, mas também pelo pouco espaço a elas destinado na atividade agrícola comercial, onde atuam apenas como auxiliares (BRUMER, 2007, p. 38).

Da mesma forma que Brumer (2007), Abramovay (2003) observou que embora as mulheres participem do trabalho na propriedade no mínimo em condições iguais às dos homens, elas não têm qualquer acesso as tarefas que envolvam algum grau de responsabilidade ou de tomada de decisão.

5 METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

5.1 Escolha do local de pesquisa

A região do Pontal do Paranapanema, como já mencionado, destaca-se na luta pela reforma agrária no Estado de São Paulo, sendo que o Assentamento Ribeirão Bonito é um importante marco luta na região.

A escolha do assentamento foi influenciada pelo fato deste ser o mais antigo assentamento regularizado no município de Teodoro Sampaio –SP, e possuir o maior em número de famílias assentadas. O fato do Assentamento Ribeirão Bonito ter mais de 10 anos de implantação, nos permite encontrar neste local jovens que passaram a maior parte de sua infância e adolescência no meio rural, ou seja, no lote conquistado pela família. Essa situação é de grande importância já que esses jovens poderiam passar informações valiosas sobre sua vivência e seu cotidiano na área.

5.2 Técnicas de pesquisa

Inicialmente foi realizado um encontro com o diretor do Itesp Regional de Teodoro Sampaio, o Senhor Elvano Dourado. Neste encontro foi então definido o assentamento foco da pesquisa (Ribeirão Bonito). Como comentado anteriormente, esse assentamento foi escolhido devido à sua estrutura e tempo de criação.

Para coletar as informações relevantes para a pesquisa foi elaborado um questionário e aplicado a 30 jovens do Assentamento Ribeirão Bonito. Segundo informações coletadas junto a escola do Assentamento, havia cerca de 80 alunos matriculados no ensino médio, todos moradores do Ribeirão Bonito.

De acordo a classificação de Chizzotti (2005), a maior parte da coleta de dados realizada neste trabalho está inserida em uma pesquisa do tipo quantitativa, na qual a observação é estruturada, por meio de um questionário semi-aberto e a entrevista é realizada de forma direta. Entretanto, há aspectos nesta pesquisa que se enquadram no tipo que Chizzotti (2005) denomina como avaliação qualitativa: este tipo de coleta de dados

fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, analisando o significado das respostas dos entrevistados. Portanto o pesquisador busca participar, compreender e interpretar os resultados.

A escolha dos jovens ocorreu de forma aleatória nos lotes, exceto cerca de 10 jovens que foram entrevistados na escola no período noturno pelo fato de não terem sido encontrados em seus lotes nos períodos matutinos. O questionário constou de perguntas abertas e fechadas que visavam caracterizar os jovens, a família e o lote; o lazer realizado pelos jovens; as relações com a família, o trabalho e a escola; os planos dos jovens para o futuro e o que pensavam sobre saída dos jovens do meio rural, dentre outras questões.

O Itesp também contribuiu na organização logística da pesquisa, disponibilizando um técnico para acompanhar a pesquisadora até o Assentamento, bem como indicar as estradas, os lotes, a escola e as lideranças do local.

A aplicação do questionário foi realizada de forma individual no Assentamento Ribeirão Bonito, no mês de fevereiro de 2010, onde parte dos jovens foram entrevistados em seus lotes e outra parte na Escola Estadual Francisco Ferreira de Sousa, do Assentamento, durante o período noturno.

5.3 Forma de análise de resultados

As questões que envolviam dados numéricos, características distintivas (escolaridade, por exemplo) ou alternativas foram tabuladas em porcentagens e as questões abertas foram analisadas a partir do conteúdo e agrupadas em torno de palavras chaves para expressá-las em porcentagem. Para identificação dos jovens, estes receberam letras (M) de masculino e (F) de feminino, colocando-se em seguida o número do entrevistado (ordem cronológica da aplicação do questionário) e a idade. Assim é possível identificar no texto, como cada indivíduo respondeu as diversas questões propostas. Por exemplo, M-1-15, é um garoto, que recebeu o numero 1 como entrevistado e tem 15 anos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Caracterização geral dos entrevistados e das atividades presentes no lote

No intuito de caracterizar os jovens do Assentamento Ribeirão Bonito, foi aplicado o questionário a 30 jovens, neste caso, os jovens possuíam de 13 a 17 anos. Este grupo foi composto de 16 meninas e 14 meninos, sendo que todos (100%) moravam com suas famílias no Assentamento e passaram a maior parte da infância no meio rural. Estas características permitem atingir o objetivo de entrevistar jovens em um assentamento que viveram a maior parte de suas vidas no meio rural.

Quanto ao tempo em que a família se encontra assentada houve grande variação, os resultados então demonstrados na Figura 6. Verificou-se que pouco mais do que um quarto das famílias está a vinte anos assentada, enquanto a maioria encontra-se em uma faixa intermediária de oito a doze anos (67%). Aqueles em que as famílias encontram-se assentadas há mais de 20 anos, são descendentes de posseiros que moravam naquelas terras bem antes do assentamento ser formado.

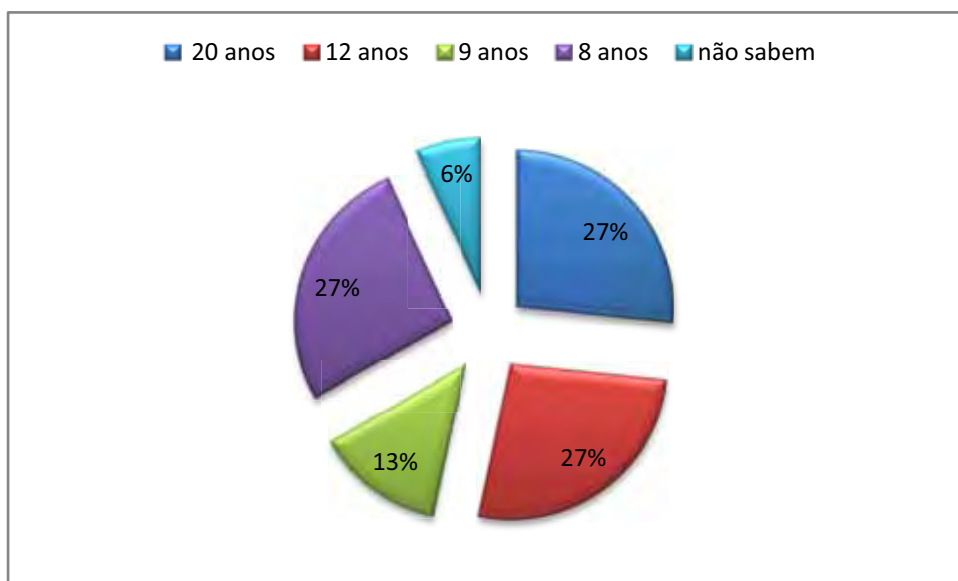


Figura 6: Tempo (em anos) que as famílias dos jovens encontram-se assentadas.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Costa (2003) em sua dissertação, esta autora buscou caracterizar famílias assentadas no Ribeirão Bonito, a autora então discute:

O imóvel que deu origem ao Assentamento Ribeirão Bonito encontrava-se em litígio há quase vinte anos, sendo ocupado por posseiros (ITESP, 1998), o que é confirmado pelos dados obtidos, segundo os quais as famílias do Assentamento Ribeirão Bonito moram na área há, em média, 16,4 ($\pm 6,5$) anos, período anterior à regularização do assentamento (COSTA, 2003, p. 40).

A atividade mais importante dentre os entrevistados em termos de contribuição com a renda familiar é a pecuária leiteira, presente em 80% dos lotes dos jovens pesquisados. A agricultura (mandioca, quiabo e abóbora) contribui em 17% dos estabelecimentos e o arrendamento para cana-de-açúcar é realizado em apenas um dos lotes (3%), como demonstrado na Figura 7:

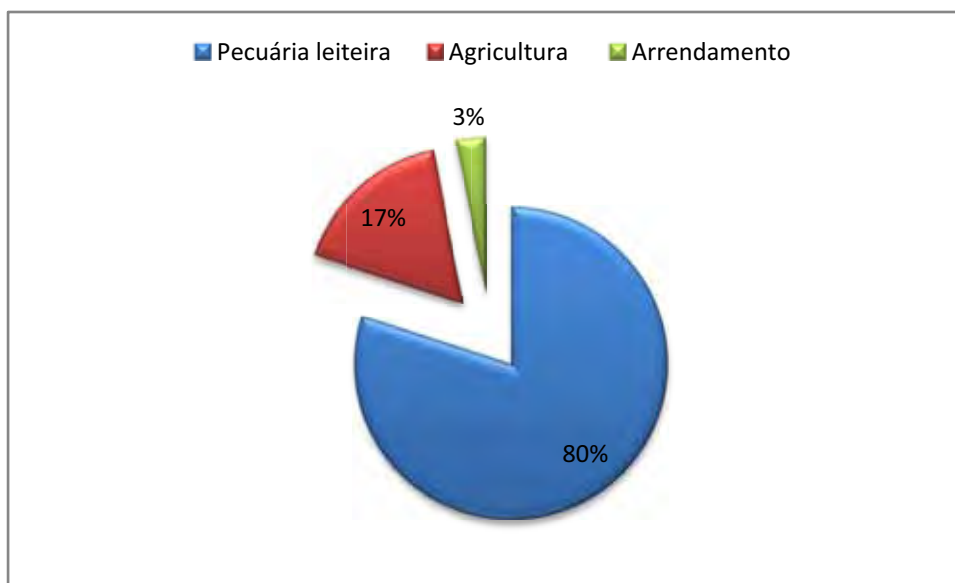


Figura 7: Caracterização da produção agropecuária dos lotes onde residem os jovens entrevistados. **Fonte:** Dados de pesquisa, 2010

Na dissertação de Costa (2003) há referência às plantações que eram cultivadas por essas famílias antes de serem assentadas. Segundo a autora, as culturas mais plantadas eram milho, feijão e algodão. Poucas famílias fizeram referência a criação de animais como cavalos, gado ou galinhas. Isto se deve geralmente a dificuldade de criar animais quando ainda viviam em barracos nas estradas ou eram pequenos arrendatários e posseiros, tendo assim uma vida itinerante. Como a maioria das famílias entrevistadas mora há mais de 8 anos

no Assentamento essa característica já foi modificada, tendo em vista que 80% das famílias dos entrevistados tem como principal atividade a pecuária leiteira.

6.2 A escola e sua importância para os jovens

Um fato importante a ser discutido, é que todos os jovens entrevistados freqüentavam a escola e todos afirmaram gostar de freqüentá-la. O que pode ter influenciado essa unanimidade é que existe dentro do assentamento uma unidade escolar estadual de ensino fundamental e médio³. Portanto os jovens não precisam sair do meio rural para o meio urbano para estudar e ainda contam com transporte escolar, proporcionado pela Prefeitura do município, para o deslocamento do lote até a escola, dentro do Assentamento.

Essa é uma realidade recente, pois de Costa (2003) contatou que as maiores dificuldades que os jovens encontravam em continuar os estudos era a ausência de escola com ensino médio no Assentamento, além de que o transporte para as escolas urbanas era precário e muito complicado:

Pelas observações feitas em campo, o que pode estar ocorrendo no assentamento em estudo, é que as moças entre 10 e 19 anos, devido à dificuldade de prosseguir no assentamento (que conta com apenas uma escola de ensino fundamental e com as escolas de ensino médio localizadas em Teodoro Sampaio, com transporte escolar de difícil acesso), estão indo para as cidades próximas, principalmente Teodoro Sampaio, onde trabalham como empregadas domésticas e continuam seus estudos durante o período noturno, o que seria bastante difícil morando no assentamento devido às dificuldades de transporte. Nesses casos, elas podem não ser remuneradas, trabalhando em troca de moradia, alimentação e itens de vestuário, ou então, se receberem algum pagamento, complementarão a renda de suas próprias famílias. Em tais circunstâncias, os rapazes permaneceriam no campo, constituindo mão-de-obra importante para as tarefas de manutenção da unidade doméstica (CASTRO, 2003, p. 100).

Em razão da faixa etária entrevistada, todos estavam cursando o ensino médio, sendo que este é oferecido no período noturno, mais uma vez facilitando a freqüência escolar para aqueles que precisam trabalhar no lote ou em atividades externas, como mostrado anteriormente, essa era uma necessidade de indiscutível importância para os jovens. Para F-6-16: “se no assentamento não houvesse o ensino médio eu não poderia estudar mais, pois

³ O Ensino Fundamental é mais comum de ser encontrado nos assentamentos, mas são poucas as áreas consideradas rurais que possuem escolas com ensino médio regular.

minha família não teria condições de me manter na cidade e também meu pai não me deixa ir pra lá sozinha, ainda mais se fosse todos os dias como na escola”.

Por outro lado, cerca de dois terços (67%) dos jovens se consideram como alunos regulares (Figura 8), assim como 53% consideram que o ensino de sua escola possui nível regular (Figura 9). O problema deve-se fundamentalmente à falta de professores na escola, mesmo a direção incentivando a contratação de professores formados que vivem ou que são filhos de produtores rurais. Essa postura de crítica ao ensino é relevante, pois remete a jovens que, em princípio, se preocupam com o estudo e valorizam esses momentos.



Figura 8: A visão dos jovens sobre sua aprendizagem escolar individual.

Fonte: Dados de pesquisa, 2010.

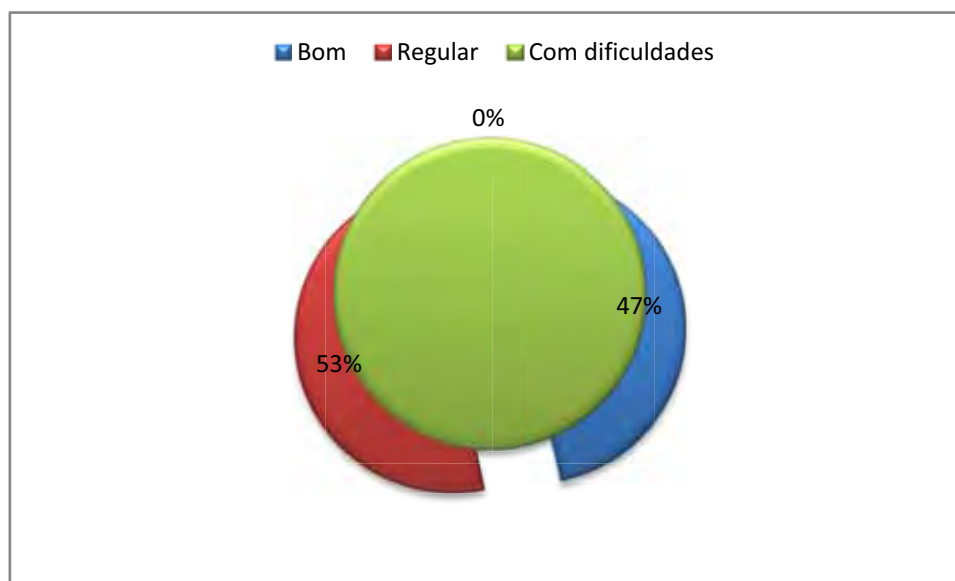


Figura 9: A visão dos jovens sobre a qualidade de ensino da escola que frequentam.

Fonte: Dados de pesquisa, 2010.

Castro (2004) revela que no início dos assentamentos, os filhos mais velhos param de estudar para trabalhar no lote, pois seus pais ainda não apresentam condições de contratar mão-de-obra, mas em um segundo momento, após a estabilização da família no lote a educação começa a ser incentivada pelos pais e valorizada pelos jovens.

No caso do assentamento Ribeirão Bonito essa valorização do estudo é evidente, pois para 66% entrevistados o que eles aprendem na escola é muito importante em termos de contribuição para sua vivência no meio rural (Figura 10). Embora a pergunta se referisse especificamente à contribuição do ensino para as atividades que realiza no meio rural, as demais respostas, parecem indicar que a importância dos estudos foi entendida no sentido geral e pode estar ligada à expectativa que os jovens têm de saída do assentamento, para qual o estudo funciona como uma alternativa para que essa situação se viabilize.

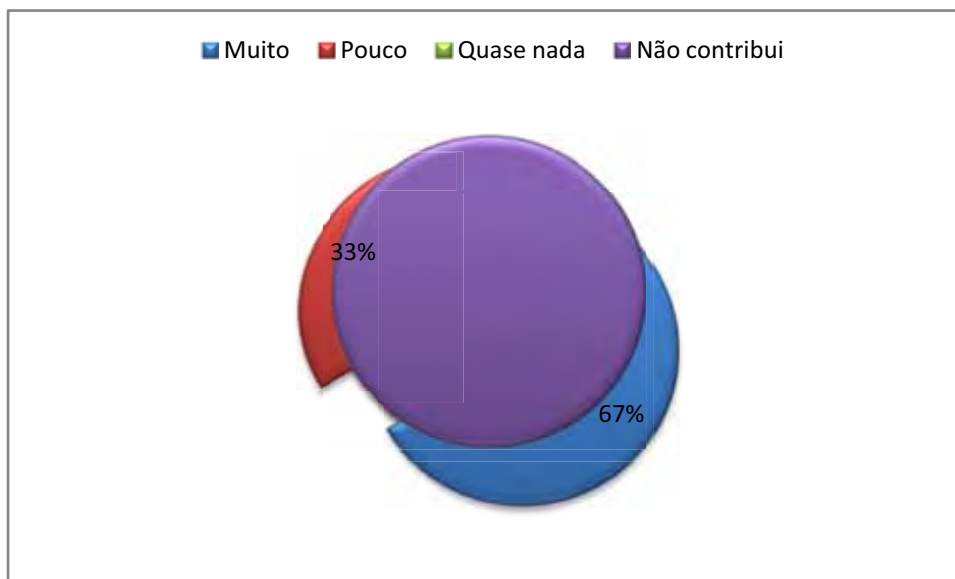


Figura 10: Grau de contribuição do aprendizado escolar para o seu dia-a-dia, de acordo com os entrevistados.

Fonte: Dados de pesquisa, 2010.

Essa valorização dos estudos, ligada à saída do meio rural, é também citada por Menezes et.al (2008):

No debate sobre o futuro da juventude e o desenvolvimento do meio rural, a questão da educação é recorrente. É no período da adolescência que emergem os conflitos entre os filhos de agricultores familiares: ficar na propriedade ou sair para estudar na cidade, ser agricultor ou mudar de profissão. Assim existe um desejo muitas vezes não manifesto por parte da família de que esses jovens permaneçam no sistema agrícola, porque são parte integrante da força de trabalho ou porque os próprios pais almejam a segurança na velhice. Nesse mesmo contexto aparece a valorização do estudo, sinônimo de uma possível alternativa entre o trabalho fora do espaço rural, para o jovem, a família, e a trajetória social de ser colono (MENEZES et al., 2008, p. 142).

Na Figura 11 pode-se observar que de todos os entrevistados, 54% dos jovens gostariam de chegar até a faculdade e 40% de conseguir cursar o ensino técnico, em contrapartida apenas 6% acredita que apenas a conclusão do ensino médio já é o suficiente. Já o ensino fundamental não foi citado, uma vez que todos os jovens entrevistados já haviam passado deste patamar.

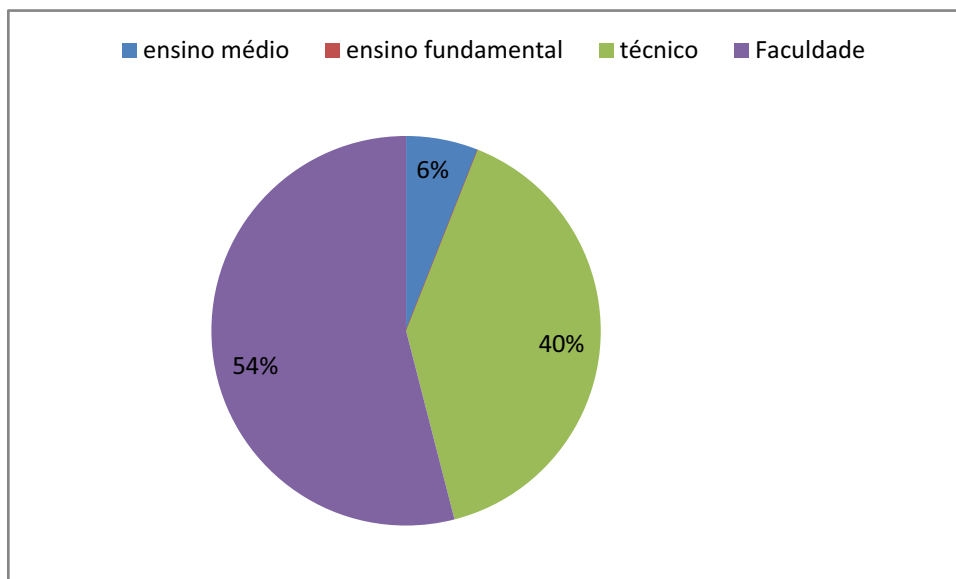


Figura 11: Grau de escolaridade almejado pelos jovens assentados.

Fonte: Dados de pesquisa, 2010

Ainda em relação aos estudos, com exceção de uma entrevistada, as meninas almejam concluir uma faculdade, mas nenhuma delas citou a área de agrárias. Para F-1-16, o interesse em estudar até o nível médio é respondido da seguinte forma: “Eu gostaria de terminar o ensino médio e prestar concurso para ser policial, pois meus pais não me deixam sair para fora do assentamento para estudar (faculdade)”.

Essa situação não ocorre apenas no assentamento estudado, Castro (2005) cita em sua tese:

As filhas seguiam outra dinâmica. Elas buscavam emprego, principalmente no comércio e em alguns casos, como doméstica /babá, mas pareciam ter mais dificuldade de se colocar no mercado. Esse fator se associava ao maior controle da família sobre as mulheres, principalmente “jovens”, que eram “proibidas” ou sofriam muitas restrições quanto à circulação dentro e fora do assentamento (CASTRO, 2005, p. 353).

E entre os garotos, devido ao fato de existir na cidade de Teodoro Sampaio o curso de Técnico Agrícola e pelo menos três grandes usinas canavieiras, para eles atingir o ensino técnico é o mais almejado. Durante a entrevista, percebe-se que o trabalho na Usina está associado a um *status* para esses jovens, muito mais do que formar-se técnico agrícola e exercer seu conhecimento em função de melhorar a produtividade e renda do lote familiar. É o que M-12-16, pensa a respeito: “[...] gostaria de ser técnico agrícola, pois teria um trabalho respeitado e ainda poderia continuar morando no campo”. Entretanto para M-05-17: “O

tamanho da propriedade não é suficiente para manter meus pais e uma família que eu venha a montar, mesmo estudando para técnico, não poderia morar no mesmo lote”.

A escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna, comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado (SILVESTRO et al., 1995).

Esse fato é observado também por Menezes et al. (2008), os jovens têm como perspectiva que os estudos sejam uma possibilidade de sair do assentamento e não para capacitá-los a profissão de agricultores e sucessores dos mais velhos na atividade agrícola:

Talvez aí esteja uma questão a ser discutida, que suscita uma nova concepção de educação voltada para a valorização da vida no campo e que procure formar jovens com habilidades que sejam úteis no dia-a-dia frente as atividades que são chamados a executar, pois em muitos casos a discussão sobre educação dentro das famílias é maior do que a questão do trabalho dentro do lote (MENEZES et al., 2008, p. 142).

Outra informação importante são as fontes de informação que os jovens têm acesso no Assentamento, neste caso somente a televisão (67%) e o rádio (33%) foram citados (Figura 12). Esses jovens que cresceram em pleno século XXI, moradores do Estado brasileiro mais desenvolvido, ainda não possuem acesso à internet. Assim como as alternativas Revista/jornais e informações com os pais, não foram citados por nenhum dos entrevistados.

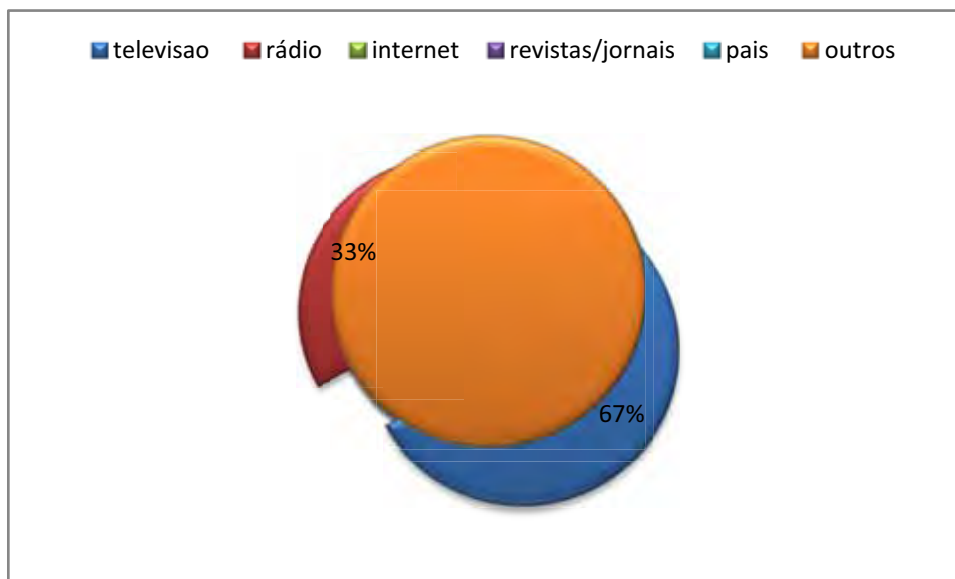


Figura 12: Demonstração dos principais meios de informações, considerados pelos jovens entrevistados. **Fonte:** Dados de pesquisa, 2010.

Para permanência dos jovens, no entanto, não basta apenas incentivos financeiros, os jovens necessitam interagir de uma maneira global com o meio em que vivem, além das relações fraternas e o incentivo a educação, para eles também é fundamental dispor de acesso ao lazer dentro do meio rural.

6.3 A busca do lazer no meio rural

Os jovens além de estudarem, ainda passam o dia envoltos com os afazeres do lote, sobrando pouco tempo para a diversão e lazer.

No caso do assentamento Ribeirão Bonito, quando os jovens foram questionados sobre o lazer no meio rural, 60% admitiram não encontrarem alternativas para diversão. É o que F-6-16 afirma: “Eu não participo de nenhuma atividade no meio rural porque não tem, o que tinha aqui era um projeto na escola, que era aberta aos finais de semana, para jogos, gincanas e recreação, mas hoje isso já acabou”. Esta afirmação demonstra que mesmo algumas políticas públicas de lazer que alcançaram a área rural, muitas vezes sofrem descontinuidades.

Em seu trabalho, Oliveira (2006) perguntou aos jovens pertencentes ao meio rural se eles acreditavam que o lazer contribuía em sua qualidade de vida, e o resultado foi bastante expressivo, ou seja, 97% afirmaram que sim, contribuía. E autor ainda continua:

A manifestação da qualidade de vida pode ser associada a diversos enfoques como o acréscimo de experiências relevantes depois que as necessidades básicas estão satisfeitas; a oportunidade de praticar atividades físicas regulares visando à saúde e ao combate ao estresse; o estabelecimento de conhecimentos necessários ao consumo de produtos e serviços culturais; ou pelo menos a construção de um novo estilo de vida, em vivências interiores significativas, constituem-se fator de satisfação e felicidade (OLIVEIRA, 2006, p. 37).

Para jovens pesquisados, as preferências quanto aos momentos de lazer são bastante variadas, como podem ser observadas na Figura 13. Quando questionados sobre o que mais gostavam de fazer em seu tempo livre, mesmo que seja de vez em quando, as festas populares ou religiosas e ver televisão foram as respostas mais freqüentes, mas aparecem também atividades típicas da área rural como nadar/pescar.

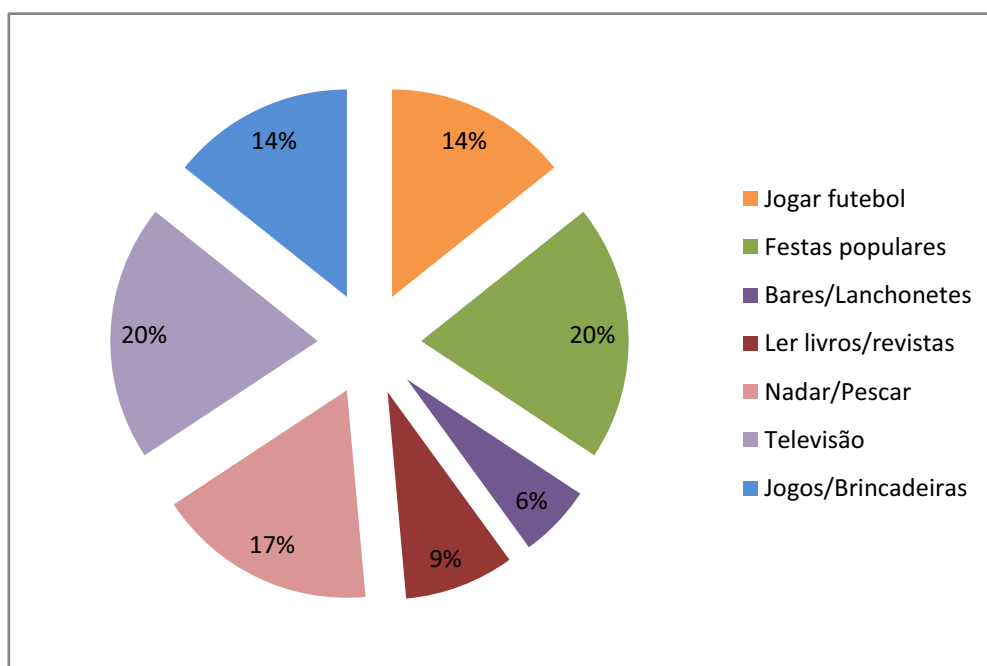


Figura 13: As diferentes alternativas de lazer que os jovens assentados encontram nos momentos de descontração. **Fonte:** Dados de pesquisa, 2010.

Outro dado encontrado é que os jovens do assentamento Ribeirão Bonito não têm o costume de participarem de grupos ou organizações sociais, apenas um terço deles faz parte de alguma organização ou grupo social, neste caso, grupos religiosos sendo que esses participantes foram convidados por amigos que já faziam parte desses grupos.

Para alguns autores a questão do lazer no meio rural está relacionada à indiferenciação de infância, onde não há distinção entre crianças e adultos, desde os trajes até os momentos de lazer com jogos e brincadeiras, é o caso de Menezes *et al.* (2008) que acredita que algumas categorias sociais (camponeses, pescadores, artesãos) tem a organização social fundamentada no trabalho familiar, em que não há distinção entre crianças, jovens e adultos, diferindo assim da sociedade moderna que caminha cada vez mais para a separação do mundo infantil (com estudo e lazer) para o adulto (responsabilidade e trabalho).

6.4 O trabalho e o relacionamento familiar

Sabe-se que a questão da sucessão hereditária na agricultura familiar e principalmente no caso dos assentados rurais, é de grande relevância, pois o lote não pode ser vendido como qualquer propriedade. Como foi explanado ao longo da dissertação, os jovens preocupam-se com a educação, pois sentem insegurança quanto ao seu futuro como agricultor. Outro fator importante a considerar é a relação dos jovens entrevistados com seus pais e a questão da pouca autonomia que o jovem tem dentro da família (SILVESTRO, 1997).

No caso do Assentamento Ribeirão Bonito, quando questionados sobre a relação com os pais e ou familiares, a maioria dos jovens (60%) avaliou que a relação com os pais é muito boa e com raros conflitos e o restante 40% afirma que tem uma boa relação com os pais, mas com alguns conflitos.

Pode-se observar que essas respostas são de grande relevância, pois mesmo que a relação familiar esteja bem construída, ainda há a procura por uma formação profissional distante daquela escolhida pelos pais, que são pequenos agricultores. Para 57% dos entrevistados, os pais gostariam que os filhos tivessem profissões tradicionalmente urbanas, como é o caso de M-2-17: “Os meus pais gostariam que eu fosse advogado, que andasse por ai de terno e gravata e tivesse uma boa renda e que o sítio servisse para mim só como lazer”.

A realização de trabalhos na propriedade, quanto às atividades agrícolas, demonstra ser um serviço quase exclusivamente masculino, com exceção de duas garotas que auxiliam seus pais em todas as atividades agrícolas do lote. É o caso de F-1-15: “Eu ajudo meus pais a

carpir a roça, a plantar mandioca e quiabo e a colher, em casa todos vão para a roça”. Essa fala de uma garota assentada reflete o que pensa a autora Menezes et.al. (2008):

Quanto a divisão do trabalho e às relações de gênero no interior do lote, as meninas são socializadas desde muito cedo em diversas atividades agrícolas, como semear e colher feijão e milho. Embora, o trabalho das filhas seja necessário para ajudar os pais na agricultura elas são poupadas para se dedicar mais ao trabalho doméstico e às vezes à escola. Os meninos são integrados desde muito cedo no trabalho agrícola aprendendo todas as etapas do ciclo agrícola. Segundo os pais eles estão apenas “ajudando”, termo que simboliza o aprendizado do saber agrícola e que se diferencia de “trabalhar”, quando já realizam todas as atividades agrícolas (MENEZES et al., 2008, p. 135).

Todos os jovens entrevistados mencionaram que gostariam de realizar melhorias na propriedade, como reforma de pastagem, aumento da casa, manutenção de cercas e a reforma das estradas principais. Para M-3-16, a reforma da pastagem traria muitos benefícios: “Gostaria muito de reformar o pasto, jogar adubo. Porque caberiam mais bois ou as vacas dariam mais leite, aí com o dinheiro extra a gente poderia arrumar as outras coisas”. Da mesma forma aparecem projetos individuais, por vezes singelos como o de F-5-16 que gostaria de ter um quarto só para ela: “Queria construir um quarto só para mim, porque somos 8 na casa e só tem 2 quartos. E também queria um banheiro dentro da casa, o nosso fica depois da cozinha”. Para o adolescente a dimensão da individualidade, da intimidade consigo mesmo, é muito importante.

A realização dessas melhorias para os jovens depende basicamente da disponibilidade de recursos (94%) e apenas dois casos (6%) citam que a falta de tempo poderia comprometer o projeto. “Com certeza o que impede que a gente faça a reforma do pasto é o dinheiro, os bancos coloca muita barreira para liberar dinheiro pra gente e sem o dinheiro do banco não tem jeito”, completa M-3-16.

Outro fator importante quanto à relação familiar é a participação destes jovens na tomada de decisões dentro da propriedade. Para os jovens é de grande valia quando seus pais levam em consideração suas opiniões, é uma atitude importante para valorização do jovem dentro da família e um estímulo a mais na tentativa de continuidade dessa geração no lote. Na Figura 14 pode-se observar como os jovens participam nas decisões dentro do lote.

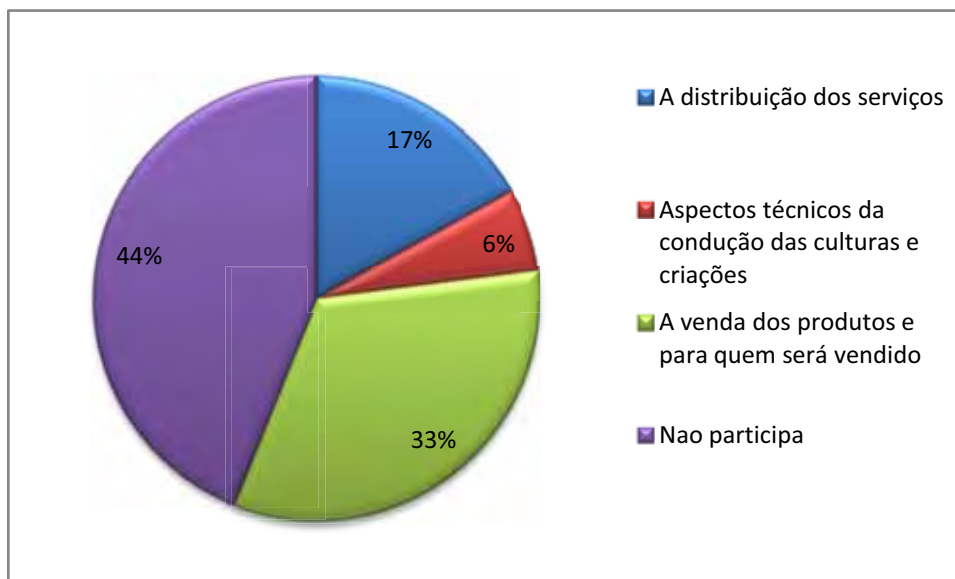


Figura 14: Demonstra como os jovens participam das tomadas de decisões dentro da família.

Fonte: Dados de pesquisa, 2010.

Pode-se observar que um número grande de jovens (44%) não participa das decisões, o que chama a atenção é que essa faixa é formada principalmente por jovens do gênero feminino, ou seja, dos 13 jovens que escolheram esta alternativa, 10 eram meninas. É um resultado encontrado também por Battestin (2009), em que as próprias meninas consideravam que não lhes cabia a sucessão do lote, exceto as filhas únicas:

As moças já carregam o entendimento de que a elas não cabe a terra. Inicialmente as únicas que afirmam que receberão terra é porque são filhas únicas. Já as que possuem irmãos manifestaram dúvidas, não sabem. Mas independente da certeza se herdarão ou não a terra, já apresentam vários indícios de não querê-la. Essa rejeição ou pouco gosto pela terra, enquanto patrimônio econômico pode ser fruto das relações de gênero estabelecidas no cotidiano rural, onde às mulheres não cabe o trato, a responsabilidade com a terra. A vivência nessa cultura que determina papéis aos gêneros, cabendo à mulher os considerados secundários, acaba por inserir nas jovens que seja natural que a terra caiba somente aos homens, porque eles sim, são os que trabalham, têm capacidade e competências para manuseá-la. A elas parece suficiente serem ressarcidas com o estudo (BATTESTIN, 2009, p. 158).

Castro (2008) identifica diferenças entre a participação de filhos e filhas nas decisões familiares, segundo a autora as jovens relataram que no período em que viviam em acampamentos todos (meninos e meninas) trabalhavam em grupo, inclusive em projetos de produção. Entretanto no início do assentamento os filhos passaram a ser mais solicitados e, nos primeiros anos, alguns tiveram a possibilidade de cultivar um “pedaço” de terra no lote dos pais, cujo retorno financeiro era dos próprios filhos e isso não aconteceu com as filhas.

Para Abramovay (2003) a iniciativa dos jovens, vivendo hoje no interior da agricultura familiar, encontra-se fortemente inibida, não só por razões econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre os gêneros. O interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas, e, portanto, pelas responsabilidades que eles puderem assumir no interior das unidades produtivas.

6.5 Perspectivas de futuro

Para Spanevello et al. (2003) a convivência junto ao núcleo familiar também não é esquecida quando os jovens traçam suas perspectivas futuras, uma vez que a família tem relações diretas sobre o seu desenvolvimento social. Entretanto quase todos os jovens do Assentamento Ribeirão Bonito, mesmo que tenham o melhor convívio possível com seus pais, incluem em seus planos para o futuro “estudar fora”, com o objetivo de cursar faculdade/curso técnico (80%), ou arrumar emprego (17%). Apenas um (01) jovem mencionou ter boa perspectiva de conseguir o próprio lote. Especialmente dentre as garotas que não desempenham trabalhos rurais na propriedade, a mudança para o meio urbano aparece como muito atrativa, pois seria uma maneira de cursar uma faculdade ou buscar maior autonomia por meio de um emprego remunerado.

Quando foram propostas algumas alternativas para o jovem escolher aquela que considerava melhor para o seu futuro (Figura 17), ocorreu uma aparente contradição com a resposta sobre os planos que tinham para o futuro (inicialmente foi feita uma pergunta aberta, sem alternativas). A opção “trabalhar em outra profissão e continuar morando no assentamento” foi a escolhida pela maioria dos jovens (54%), enquanto um terço escolheu “outra profissão e residência na cidade” (Figura 15). Estas escolhas confirmam que a aversão profunda ao trabalho agrícola, em função de ser uma atividade considerada penosa e mal remunerada, não significa, na mesma proporção, a negação da vivência no meio rural, próxima ou junto com a família. O fato de que nenhum dos entrevistados escolheu como melhor para seu futuro continuar ao lado dos pais trabalhando no lote, provavelmente deve-se a rejeição do trabalho agrícola e da falta de autonomia que teriam para desenvolver seus projetos, pois um pequeno grupo (13%) pensa seu futuro como um assentado em outro lote.

Resultado semelhante foi obtido por Battestin (2009) em pesquisa realizada no município de Anchieta, no estado do Espírito Santo:

O desejo de permanecer morando no rural e ter trabalho na cidade que garanta melhores condições financeiras e no futuro possam até investir na propriedade, parece para alguns ser a melhor opção e tendência. Essa possibilidade foi manifestada, inclusive com uma dose de preocupação se o rural não vai se tornar um lugar só de moradia. Para eles essa realidade está cada vez mais presente, pois estão lado a lado com uma grande empresa e bem próximos do meio urbano (BATTESTIN, 2009, p. 167).

Os agricultores familiares e suas organizações representativas não parecem preparados para enfrentar os novos desafios dos processos sucessórios: as mudanças nas condições objetivas e no ambiente social de reprodução da agricultura familiar não foram acompanhadas por transformações importantes nas formas de relação entre gerações e gêneros.

É urgente que a política de assentamentos e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar incorporem a seu funcionamento as dimensões de geração e gênero, sob pena de colaborarem com o processo que está fazendo do meio rural brasileiro, em escala crescente, um refúgio de aposentados que não conseguem melhores oportunidades de vida nas cidades (ABRAMOVAY, 2003).

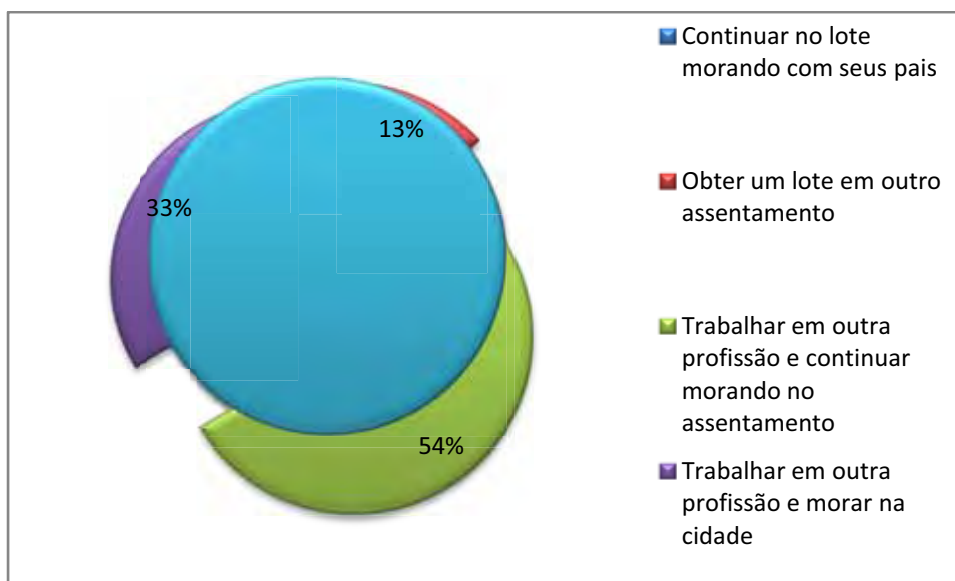


Figura 15: Alternativas as quais os jovens consideram uma realidade para seu futuro.

Fonte: Dados de pesquisa, 2010

Mais do que a rejeição do modo de vida rural, a grande maioria dos jovens parece avaliar que a profissão de agricultor não é uma alternativa promissora para geração de uma renda que permita uma boa qualidade de vida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados encontrados neste trabalho permite visualizar que os jovens do assentamento Ribeirão Bonito valorizam a educação e almejam a conquista de um diploma e de certa forma são incentivados pelos pais, nessa busca por níveis maiores de educação. Além disso, a presença de uma escola de ensino médio no assentamento “facilita” esses jovens alcançarem tal objetivo. Em contrapartida, a busca por educação, embora positiva do ponto de vista geral, pode prejudicar a sucessão dos lotes no assentamento, pois a maioria dos jovens busca por profissões não agrícolas, como apoio dos pais que sentem insegurança na profissão de agricultor. Esta tendência indica a necessidade de que dentro dos assentamentos haja uma escolarização diferenciada, de modo que a escola contribuisse também com a formação e o incentivo das atividades rurais.

Outro ponto relevante é que os jovens, mesmo considerando ter boas relações familiares dentro do lar, demonstram ter uma aversão às atividades agrícolas, julgando-as muitas vezes penosas e cansativas, o que resulta na avaliação da maioria de que trabalhar fora do lote parece ser a melhor alternativa. Entretanto não há uma negação ao modo de vida dos pais, pois para os jovens do assentamento Ribeirão Bonito, trabalhar em profissões externas ao Assentamento não significa morar na cidade, ao contrário, para a maioria morar no lote e apenas trabalhar em outra profissão é a melhor perspectiva de futuro. A saída do lote de forma integral parece ser uma opção interessante para a maioria das meninas, pois sofrem com uma educação ainda rígida e impositiva, em que sair, passear e estudar na cidade é algo difícil ou muitas vezes proibido, e somado a esse fator há a falta de participação nas decisões importantes dentro do lote, o que coloca essas meninas em uma situação de menor “importância” perante os filhos homens dentro da família, como também foi observado em outros trabalhos sobre o tema.

Talvez uma mudança de atitude dos pais venha a assegurar uma menor evasão desses jovens dos lotes, uma vez que para eles a valorização de suas opiniões em relação às decisões tomadas dentro do lote é um incentivo para permanecerem junto aos pais.

A problemática da sucessão hereditária dentro da agricultura não é moderna, mas com a valorização da agricultura familiar com a reforma agrária, essa situação tem sido observada mais severamente. Os jovens rurais passaram a ser atores importantes no desenvolvimento de uma agricultura justa, diversa e sustentável, pois a juventude de maneira geral aceita

mudanças e novas informações mais facilmente que suas gerações anteriores. Por isso os jovens rurais principalmente os assentados devem ser focados pelos poderes públicos como vértices importantes no desenvolvimento desses assentamentos para que os lotes, conseguidos à partir de muitos esforços e lutas, não sejam dedicados apenas à uma única geração. No caso dos jovens pesquisados do Assentamento Ribeirão Bonito, estes cresceram e passaram a maior parte da infância e juventude e também parecem valorizar aquele espaço conquistado por seus pais, mas é necessário disponham de alternativas no Assentamento a um futuro com ganhos financeiros na cidade, que esses jovens não visualizem a profissão dos pais de maneira marginal e sim de extrema importância para um país de riquezas agrícolas inigualáveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: Campinas: Hucitec, 1998. 275 p. (Série estudos rurais, v. 12).

ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 2003. 104 p.

BATTESTIN, S. *Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de ANCHIETA-ES*. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2009.

BRUMER, A. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-52.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.

CARNEIRO, M. J; FREITAS, K. de; GUEDES, G. Valor da terra e padrão de herança entre pequenos agricultores familiares. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Anais...* Vitória: ABA, 1998.

CASTRO, E. G. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro, 2005. 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relação de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, V. L. S.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: NEAD, 2008. 340 p.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COSTA, R. C. *A decisão de participar de projetos de conservação ambiental: o caso dos assentados do Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio - SP)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2003.

COSTA, R. C.; FUTEMMA C. R. F. Racionalidade com compromisso: os assentados do Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio – SP) e o projeto de conservação ambiental. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.9, n. 1, p. 10-18, 2006.

DATALUTA. Boletim do Núcleo de estudos pesquisas e projetos da reforma agrária (NERA). *Atlas da questão agrária brasileira*. Presidente Prudente: UNESP, 2010. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2010.

DURSTON, J. *Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual*. Santiago de Chile: CEPAL, 1998. (Serie Políticas Sociales, n. 28).

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, mar. 1994. (Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRASIL/036).

FERNANDES, B. *Agronegócio e reforma agrária*. Presidente Prudente: UNESP, 2010. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/publicações/agronegocioereformaagraria.bernardo.pdf>. Acesso em: 12 /out. 2010.

FERNANDES, B. M. et al. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Orgs.). *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p. 79-104.

GUANZIROLI, C. Reforma agrária e globalização da economia. *Econômica*, Niterói, v. 1, n. 1, jun. 1999.

GUEDES FILHO, E. M. Financiamento da agricultura: outras alternativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999. *Anais...* Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ITESP. *Informações sobre assentamentos*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 05 dez. 2010.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ITESP. *Construindo o futuro: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados*. 2. ed. São Paulo: ITESP, 2000. (Cadernos do ITESP, 10).

MENEZES, M. A.; MALAGODI, E.; MARQUES, F. R.; Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano. In: FERRANTE, V. L. S.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: NEAD, 2008. 340 p.

OLIVEIRA, E. G. *O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista-MG*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Caratinga, Caratinga – MG, 2006.

SILVA, J. G. da. O progresso técnico na agricultura. In: _____. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 13-50.

SILVESTRO, M. L. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste catarinense*. 1995. 349 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

SPANEVELLO, R. M. *Jovens rurais do município de Nova Palma/RS: situação atual e perspectivas*. 2003. 137 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

Apêndice

Questionário aplicado aos jovens do assentamento Ribeirão Bonito

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA

DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

PESQUISA: "Jovens Rurais Assentados no município de Teodoro Sampaio: vivências e perspectivas"

1. Identificação

Nome:	
Idade:	Sexo: () masculino () feminino
Município:	
Assentamento:	
Lote:	

2. Dados da família

Você mora com a família? () Sim () Não Local:		
Local de moradia da família:		
() Na propriedade	() Na cidade	() Outro local:
Número de pessoas da família que moram no mesmo local:		
Quanto tempo a família está assentada:		
Quanto tempo a família esperou pelo lote		
Quanto tempo ele mora no assentamento:		

Onde você passou a maior parte da sua infância?	
() Na mesma cidade em que mora hoje	() No campo
() Em uma cidade diferente	

3. Dados Pessoais:

Você está estudando atualmente? () Não () Sim - Se sim, em que ano está? Se não, até onde estudou?	
() Nunca freqüentei a escola	
() 4° série/Primário completo	() Primário incompleto
() 8° série/Fundamental completo	() Fundamental incompleto
() 3° série/médio completo	() Médio incompleto
() Superior completo	() Superior incompleto

Você gosta de freqüentar a escola? () sim () não
Você se considera um aluno: () Bom () Regular () Com dificuldades
Você considera o ensino da sua escola: () Bom () Regular () Com dificuldades
O que você aprende na escola contribui para sua vivência rural? () Muito () Pouco () quase nada () Não contribui
Quais as principais culturas ou criações existentes no lote, e qual contribui mais com a renda da família
Qual seu principal meio de informação? () Televisão () Radio () Internet () Jornal () Pais () outros
Você tem interesse em continuar os estudos até que ponto?

() Fundamental () Médio () Técnico () Faculdade
Você gostaria de continuar na área agrícola, ou ir para outras áreas? Qual?
Qual profissão os seus pais gostariam que você tivesse?

4. Lazer

O que você gosta de fazer no seu tempo livre? Mesmo que seja de vez em quando apenas.	
() Campo de futebol/quadras	() Rios/represas/cachoeiras
() Cavalgadas	() Eventos esportivos
() Festas Populares ou religiosas	() Parques de diversão
() Bares/lanchonetes	() Televisão
() Leitura	() Jogos
() Outros	

Participa de alguma atividade de lazer na área rural?	
() Não, por quê?	() Sim, qual(is)?

Você é integrante de algum grupo ou organização social (grupo de jovens, associações de classe ou esportivas, cooperativas, etc.)
() Não. Sim , qual(is)?

(<i>caso sim</i>) O que o(a) levou a participar?

5. Relação dos jovens com a família, a propriedade e o trabalho

Realiza algum tipo de trabalho na propriedade?
() Não, por quê?
() Sim Quais? Quantas horas em média por semana?

Qual sua opinião sobre o trabalho na propriedade?
Você recebe alguma remuneração específica para realizar estas atividades?
() Não () Sim

Em relação à propriedade, você participa das decisões sobre:
() A distribuição dos serviços
() Aspectos técnicos da condução das culturas e criações
() A venda dos produtos e para quem será vendido
() Quais investimentos devem ser feitos
() A introdução de novas culturas ou criações

() Necessidade ou não de financiamento agrícola

() Nenhuma das anteriores.

Há alguma melhoria na propriedade que você gostaria de realizar?

Há alguma barreira ou dificuldade para realizar essa melhoria?

() Sim, Quais

() Não

Você considera a relação com seus pais:

() muito boa, com raros conflitos

() boa, mas com alguns conflitos

() ruim, com conflitos freqüentes

() outra resposta:

6. Visão dos jovens e planos para o futuro

Quais são seus planos para o futuro?

Quais destas alternativas você considera melhor para seu futuro?

- () Continuar no lote trabalhando com seus pais
- () Obter um lote em outro assentamento
- () Trabalhar em outra profissão e continuar morando no assentamento
- () Trabalhar em outra profissão e morar na cidade
- () Outra.....

Você acha que há preconceito em relação aos moradores da área rural e/ou filhos de agricultores assentados

- () Não () Sim, que tipo? Brincadeiras de mau gosto, apelidos

Alguns estudos apontam que a maioria dos jovens tem deixado a área rural e/ou o trabalho na agropecuária. Em sua visão, quais os motivos têm provocado esta saída?

Parte dos jovens, no entanto, continua morando e/ou trabalhando na área rural. O que, em sua opinião, levaria você a permanecer no campo?

Há alguma dificuldade em relação ao estudo, ao trabalho e/ou à vida familiar que pode impedir que seus planos para o futuro se concretizem?

- () Não
- () Sim, qual(is) são?